

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.125 - SP (2018/0267967-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : DANILO SANTOS SILVA (PRESO)
ADVOGADO : VIVIANE FERREIRA DE ARAUJO - SP371042
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por DANILO SANTOS SILVA desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – HC n. 2122438-67.2018.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente e os corréus foram presos em flagrante pela suposta prática das condutas descritas nos arts. 155, §§ 1º e 4º, inciso IV, e 288, *caput*, ambos do Código Penal, pois, em unidade de desígnios e identidade de propósitos, durante o repouso noturno, subtraíram, em proveito comum, 103 (cento e três) rolos de tecido de malha, avaliados em R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), pertencentes à empresa Malharia Berlan Ltda.

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Contra essa decisão insurgiu-se a defesa. Entretanto, em sessão de julgamento realizada em 2 de agosto de 2018, os desembargadores integrantes da Quinta Câmara de Direito Criminal do Tribunal *a quo*, por unanimidade de votos, denegaram a ordem.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a defesa a ilegalidade, ante a ausência de fundamentos suficientes, do acórdão que manteve a custódia cautelar. Destaca que "*a prisão cautelar do recorrente pauta-se simplesmente em razão da garantia da ordem pública, o que por si só não se justifica no caso em testilha para a manutenção da prisão*" (e-STJ fls. 418/419). Pondera que o recorrente é primário, não ostenta antecedentes criminais e possui residência fixa, família constituída e trabalho lícito. Diante dessas considerações, pede, liminar e definitivamente, a revogação da prisão preventiva, com ou sem a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 465/466).

Informações prestadas às e-STJ fls. 518/531 e 534/536.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso em parecer assim ementado (e-STJ fl. 538):

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Não é possível revogar a prisão preventiva decretada para a garantia da ordem pública se a gravidade concreta do crime, evidenciada pelo modus operandi do delito, demonstra a periculosidade concreta do agente e o risco real de reiteração delitiva e obstrução da Justiça.

2. Parecer pelo não provimento do recurso.

É, em síntese, o relatório.

Em consulta ao andamento do processo na origem, verifica-se que foi expedido alvará de soltura em favor do recorrente, o que evidencia que a presente irresignação perdeu seu objeto.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator